

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo

Class.:

73

Data 10 de fevereiro de 1978

Pg.:

Índios perderão a tutela

ESP 10/2/78
Da sucursal de
BRÁSILIA

Os índios brasileiros, considerados pela Funai em condições de serem emancipados, deverão perder a tutela governamental até o final do governo Geisel, conforme decisão do ministro do Interior, Rangel Reis. Ainda este mês ele encaminhará ao presidente da República decreto introduzindo algumas modificações no Estatuto do Índio. "Não sei se serão 100 índios emancipados, ou mais — afirmou ontem o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira — o certo é que o índio mais aculturado sempre quer ter direitos, mas nem sempre deveres. Manter um índio praticamente integrado, sob o regime de tutela e, na minha opinião, uma discriminação racial e o governo não quer criar quistos raciais".

O projeto, tornando mais claro o nebuloso capítulo do Estatuto que trata do problema da emancipação, está sendo estudado no Ministério do Interior, e conta com sugestões de alguns juristas, como Themistocles Cavalcanti, que fez o primeiro anteprojeto da lei. A parte mais controvertida — referente ao destino das terras indígenas, após a emancipação — segundo o presidente da Funai, ainda não ficou definida. A questão, que vem despertando discussões desde que Rangel Reis manifestou sua intenção de emancipar índios, no entanto, deverá ao que tudo indica, obedecer a uma idéia do próprio ministro. Ele acha que cada emancipado deveria receber um lote, que seria alienável por dez anos.

O presidente da Funai afirmou que alguns índios, como o vereador da Tribo Terena, do Mato Grosso, Jair Oliveira e mesmo outros que exercem cargos importantes no serviço público estão sendo prejudicados pela tutela, pois perante a lei são considerados como menores.